

Vigência de juro limitado ainda é dúvida

O relator Bernardo Cabral e os setores conservadores sofreram ontem sua primeira derrota na Comissão de Redação da Constituinte.



Por 18 votos contra cinco os membros da Comissão rejeitaram a mudança de parágrafo para inciso feita por Cabral, no dispositivo que estabelece o tabelamento de juros em 12% ao ano no texto constitucional. O vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE) disse que vai recorrer da decisão ao plenário da Constituinte, por considerar que dispositivo é auto-aplicável como parágrafo, o que não aconteceria caso ficasse como inciso do artigo 197, que depende de lei complementar para ser regulamentado.

A alteração do relator causou polêmica porque o dispositivo foi aprovado no segundo turno como parágrafo 3º do artigo 197 e na revisão feita pela relatoria apareceu como inciso. Segundo Cabral, a mudança foi motivada por um documento do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) mostrando que no primeiro turno de votação o tabelamento dos juros foi aprovado como inciso e ele no seu parecer transformou em parágrafo.

Há várias interpretações a esse respeito. O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), por exemplo, disse ontem, segundo revelou o senador Jarbas Passarinho (PDS-

PA), que tanto faz parágrafo ou inciso, a matéria terá que ser regulamentada por lei complementar. O jurista José Afonso da Silva, membro da Comissão, afirma que não. Como parágrafo, o dispositivo é aplicado logo após a promulgação da Constituição. A mesma posição tem o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que ontem forçou Ulysses Guimarães a colocar a questão para ser decidida no voto.

Polêmica

Mas não é só o tabelamento de juros que ameaça causar polêmica na votação definitiva da Carta no próximo dia 22. O PDT também vai recorrer ao plenário da decisão do relator de retirar a palavra "minas" do artigo 182 do projeto. Esse artigo prevê "As jazidas, as minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia elétrica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantido ao concessionário ou autorizado a propriedade do produto da lavra".

A justificativa do relator, segundo Vivaldo Barbosa, foi a de que jazida e mina são a mesma coisa. Mas ele considera que são diferentes e afirma, inclusive, que consultou advogados da Vale do Rio Doce a respeito. De acordo com Vivaldo, jazida é o minério no solo e mina implica todo um processo de exploração da matéria-prima. Assim, na sua opinião, a retirada da palavra "minas" no dispositivo mexe no mérito do texto aprovado pelo plenário da Constituinte. (Luís Eduardo Costa)

Judiciário deve decidir

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), disse ontem que caberá ao Judiciário, quando for questionado, decidir sobre a aplicabilidade imediata ou não do tabelamento de juros em 12% ao ano, após a promulgação da nova Constituição. Ele não concorda com a interpretação de alguns de seus colegas de que o dispositivo é auto-aplicável como está no texto.

Nelson Jobim entende que qualquer cidadão pode entrar com recurso na Justiça em primeira instância para questionar a aplicabilidade do tabelamento. O juiz decidirá então se o tabelamento é ou não auto-aplicável. Qualquer das duas partes pode recorrer até que a

questão chegue ao Supremo Tribunal Federal. A decisão então fica como jurisprudência para os demais casos que ocorrerem.

O líder do PMDB acha inclusive que neste caso não é necessário impetrar mandado de injunção (instrumento de recurso ao Judiciário quando um dispositivo da Constituição não tiver sido cumprido por falta de uma norma regulamentadora do Legislativo) nem mandado de segurança coletivo ou individual. Jobim assegurou também que não compete à Comissão de Redação discutir a aplicabilidade imediata ou não do tabelamento dos juros em 12%. O dispositivo continuou sendo parágrafo, como foi aprovado no plenário da Constituinte. (L.E.C.)



Cabral, entre Ulysses e Celso Cunha (E) não conseguiu aprovar a mudança no texto sobre juros

PT decidirá se assina a Carta

O PT definirá neste final de semana se assina ou não a nova Constituição. A bancada de 16 deputados tem reunião em São Paulo na sexta-feira, às 10h00, na sede do Diretório Nacional para tomar uma decisão e a Comissão Executiva Nacional reúne-se no sábado, no mesmo local, para avaliar a posição da bancada. A decisão da comissão Executiva é soberana à dos parlamentares e terá que ser obedecida, caso contrarie a da bancada.

São declaradamente contrários à assinatura da nova Carta os deputados Florestan Fernandes (SP), Eduardo Jorge (SP) e Virgílio Guimarães (MG). São favoráveis Vladimir Palmeira (RJ), Benedita da Silva (RJ), Paulo Delgado (MG), Olívio Dutra (RS), Irma Passoni (SP), Luís Inácio Lula da Silva (SP), Plínio de Arruda Sampaio (SP), João Paulo (MG) e Paulo Paim (RS). Indefinido: Gumercindo Milhomen (SP), Victor Buaiz (ES), Luiz Gushiken (SP) e José Genoíno (SP).

Sabotagem

Há dois meses, a Executiva Nacional posicionou-se contrária à aprovação do texto votado em primeiro turno da Constituinte, mas as críticas ao PT, que foi acusado de ter-se aliado ao Governo na sabotagem à Constituição, resultaram na revisão da decisão.

Emater realiza protesto

"A extensão rural fez chover em Brasília". Esta foi a frase mais pronunciada ontem à tarde pelos funcionários das Emater (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) de todo o País, sob a chuva fina que voltou a cair na cidade. Os manifestantes — cerca de 1.000 — chegaram ontem em 41 ônibus, vindos de vários Estados, e se concentraram em frente ao Congresso Nacional para protestar contra o corte no orçamento da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) para o próximo ano, dentro da "Operação Desmonte" do Governo Federal.

A chuva acabou sendo utilizada como símbolo pela maioria dos parlamentares que discursaram

para os manifestantes. Fazendo analogia com a importância dela para agricultores e lavradores, eles defendiam a manutenção de recursos para a extensão rural e para a assistência técnica ao campo.

O deputado João Agripino (PMDB/PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento, dizia que "até a chuva ajudou a extensão rural hoje", para em seguida garantir aos funcionários a apresentação de emenda favorável à dotação orçamentária suficiente para atender às necessidades das Emater em todos os Estados. O presidente da federação das Associações dos Servidores da Extensão Rural (Faser), Lin Chau Ming, encontrou-se ontem com diversos parlamentares.

Josemar Gonçalves



Os funcionários das Emater protestaram em frente ao Congresso

Congresso vazio não afeta hotel

Os setores hoteleiro, de bares e de restaurantes de Brasília já não dependem apenas do funcionamento do Congresso Nacional. Apesar do afastamento das legiões de lobistas e de pelo menos 400 deputados e senadores, quase todos os restaurantes e hotéis mantêm o movimento registrado durante os trabalhos da Constituinte.

"Pensei que o movimento cairia muito após o fim da Constituinte. Mas até agora continuamos servindo os mesmos 70 a 80 pratos no horário do almoço", afirma Hamilton Oliveira, Maitre da filial de Brasília do restaurante "Le Bec Fin", um dos preferidos dos lobistas, com matriz em Copacabana.

O espanhol naturalizado brasileiro Florentino Prieto Grana, proprietário do restaurante preferido das esquerdas, da direita, do "Centrão" e dos neutros, o "Florentino", ignorou o término da Constituinte e inaugurou ontem, em plena entressafra parlamentar, o "Florentino Grill", com 140 lugares, a matriz do "Florentino" fica no Leblon.

"Fico até constrangido em dizer que meu movimento não caiu nada, pois algum concorrente pode achar que estou blefando. Mas continuamos com a casa cheia, como nos melhores momentos de votação da Constituinte", diz Florentino. Marlen Esteves, gerente comercial do Hotel Nacional, cinco estrelas, explicou que está com 104% de ocupação nos 346 apartamentos. "É verdade que não ficamos muito na dependência da Constituinte, pois temos espaços reservados para congressos. E agora mesmo estamos realizando um. Até o final do ano estaremos com a casa lotada".

Congresso

Ironicamente, dentro do Congresso Nacional o movimento dos restaurantes caiu 50%. "Na votação do sistema de governo cheguei a preparar 198 pratos, conta Heraldo Silva, maitre do restaurante do Senado, filial do famoso "Piantella" da Asa Sul, o preferido de Ulysses Guimarães. Um dos troféus do "Piantella" é justamente um cheque de 130 mil cruzeiros, assinado por Ulysses Guimarães em agosto de 1985. Era neste mesmo restaurante que todo o estado-maior da campanha de Tancredo Neves fazia suas refeições após as exaustivas e secretas reuniões, no final de 1984.

O restaurante preferido de Maluf e de seus seguidores — o Gaf — até hoje ressentiu-se do resultado eleitoral. Situado no Centro Comercial Gilberto Salomão, no Lago Sul, o movimento do Gaf caiu depois de 1985, revela um dos garçons.